

## **CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

**Procedimento para celebração de contrato de Fornecimento e  
Instalação de vidros na Loja do Cidadão**

**Ajuste Direto N.º 70/2025**

## 1. Identificação da entidade adjudicante:

1.1. A entidade pública contratante é o **Município de Abrantes**, com NIPC 502 661 038, sedado no Edifício dos Paços do Município, na Praça Raimundo José Soares Mendes, nº17, 2200-366, Abrantes, telefone n.º241 330 100, fax n.º 241 330 186, correio eletrónico [contratacao publica@cm-abrantes.pt](mailto:contratacao publica@cm-abrantes.pt).

## 2. Órgão deliberativo:

2.1. O presente ajuste direto é efetuado com base no número 2 do artigo 112º e seguintes do Decreto Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações da Declaração de Retificação nº 42/2017, de 30 de novembro, ou seja, Código dos Contratos Públicos.

2.2 A decisão de contratar e de autorização da despesa foi tomada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, **12 de março de 2025**, no âmbito de competências próprias, ao abrigo do disposto no art.º 35.º, n.º 1, al. f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 18.º, n.º 1 al. a) do D.L. 197/99, de 08/06, aplicável por força do disposto no art.º 14.º, n.º 1 al. f) do D.L. 18/2008 de 29/01.

## 3. Fundamento da Escolha do Procedimento:

3.1. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento prevista nos artigos 17.º, 18.º e 20º do CCP, e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, considerou-se contratar ao abrigo do regime geral do **Ajuste Direto** nos termos e de acordo com o previsto na alínea d) do nº 1 do artigo 20.º do CCP e nos artigos 112.º a 127.º do mesmo diploma legal.

3.2. A escolha da tipologia do procedimento tem por base o disposto na alínea d), do número 1, do artigo 20.º, do novo Código dos Contratos Públicos, pelo montante previsível da despesa e por se tratar de um procedimento mais célere e face à ausência de recursos.

---

#### 4. Identificação do procedimento e objeto do contrato:

4.1. Procedimento para celebração de contrato de fornecimento e Instalação de vidros na Loja do Cidadão.

#### 5. Documentos que constituem as propostas

5.1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o **modelo constante do anexo I**, ao presente convite, do qual faz parte integrante – alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP;
- b) Documento com proposta do preço global do fornecimento do bem, enquanto aspeto da execução do contrato submetido à concorrência, indicando ainda, as condições de pagamento, elaborada em conformidade com o **modelo do anexo II** ao presente convite do qual faz parte integrante – alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP;
- c) Documentos de acordo com o anexo I do Caderno de Encargos.

5.2. Nos termos do disposto no nº 4 do artº 57º do CCP, todos os documentos que compõem a proposta devem ser assinados pelo(s) representante(s) legal(ais), que tenha(m) poderes para o obrigar, devendo para o efeito apresentar documento que comprove a habilitação do signatário que assina a documentação apresentada.

#### 6. Idioma dos documentos

6.1. A proposta e os documentos que a acompanham, devem ser redigidos em língua portuguesa, ou no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, devem de ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

#### 7. Esclarecimentos

7.1. Nos termos do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, os interessados podem solicitar por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como, a

---

pronúncia sobre erros e omissões identificados pelos interessados, através de email gerado pela plataforma acinGov, Módulo de Tramitação Simplificada, os quais são da competência do órgão competente para a decisão de contratar.

## **8. Apresentação das Propostas**

### **8.1. Prazo para apresentação de propostas**

As propostas têm de ser apresentadas, no máximo, até às **23:59h, do 6º (sexto) dia a contar do dia imediatamente seguinte à data do envio do convite.**

Dispõe o nº 3 do artº 470º do Código dos Contratos Públicos que, os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados. Mais se esclarece que, nos termos da al. b) do nº 1 do artº 87º do Código do Procedimento Administrativo, não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr, ou seja, a contagem do prazo iniciou-se no dia seguinte ao do envio do convite para apresentação das propostas.

### **8.2 Modo de apresentação da proposta:**

As propostas e os documentos que a constituem serão entregues, pelos concorrentes ou seus representantes através de email gerado pela plataforma acinGov, Módulo de Tramitação Simplificada.

### **8.3 Prazo de Manutenção das Propostas**

O prazo de obrigação da manutenção das propostas é de sessenta e seis (66) dias, não prorrogáveis, nos termos do disposto no artigo 65.º do CCP.

### **8.4 Proposta Variante**

Não é permitida a apresentação de proposta variante.

## **9. Prestação da Caução**

9.1. Não é exigida prestação de caução nos termos do disposto na al. a) do nº 2 do artº 88º do CCP.

---

## 10. Apresentação dos documentos de habilitação

10.1. Os **documentos de habilitação** previstos nas als. a),e b) do artº 81º do CCP, deverão ser apresentados no prazo máximo de **5 dias úteis** a contar da notificação de adjudicação, através de email gerado pela plataforma acinGov, Módulo de Tramitação Simplificada.

- Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II** do Código dos contratos Públicos (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)
- **Certidão de não dívida à Segurança Social**, ou prestação de consentimento para efeitos de consulta da situação contributiva na Internet, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril;
- **Certidão de não dívida às Finanças**, ou prestação de consentimento para efeitos de consulta da situação contributiva na Internet, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril;
- **Certidão de registo criminal**, da empresa e de cada um dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa, em conformidade com o estabelecido nas alíneas b) e h), do artigo 55.º, do novo Código dos Contratos Públicos (Registos criminais);
- Documento que indique a **dimensão da empresa** (Micro, pequena ou grande empresa);
- Documento comprovativo de Registo Central do Beneficiário Efetivo (**RCBE**), nos termos da **Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto**, alterada pela **Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto** e regulamentada pela **Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto**, e pela **Portaria n.º 200/2019, de 28 de junho**.

10.2. O adjudicatário, deverá ainda, no mesmo prazo, entregar os seguintes elementos indispensáveis à outorga do contrato:

- Número de Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e respetiva validade e Número de Contribuinte da (s) pessoa(s) que intervêm no contrato;
- Documento(s) comprovativo(s) de que a pessoa que intervém no contrato tem poderes para tal.

10.3. O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados é de 05 dias úteis após notificação para o efeito.

## 11. Negociação

## **12. Critérios de Adjudicação**

## **13. Preço anormalmente baixo**

## **14. Prevalência**

14.1 Nos termos do art.º 51º do CCP, as normas do Código relativas à formação e execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento, razão pela qual, também quaisquer omissões e lacunas serão supridas e integradas com recurso às normas legais.

## **15. Condicionante à Adjudicação**

15.1 Por força da aplicação do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06 que regulamenta a Lei nº 8/2012, 21/02 (LCPA) **considera-se causa de não adjudicação a situação de inexistência de fundos** disponíveis por parte do Município, que a aplicação daquelas leis surpreender na altura em que a mesma deva ocorrer, condição de que as próprias entidades concorrentes ou convidadas ficam cientes pelo presente programa de procedimento/convite. O procedimento extingue-se, se, por motivo superveniente não seja possível a obtenção de fundos disponíveis, no período de validade das propostas.

### **Junta:**

**Anexo I** – Modelo da declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos.

**Anexo II** – Modelo da declaração relativa à proposta do preço global.

**Caderno de Encargos**

---

**ANEXO I**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º  
ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

*a)*...

*b)*...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *h*) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente

---

ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),...

[assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

---

**ANEXO II**

**MINUTA DA PROPOSTA**

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP]

\_\_\_\_\_ (indicar firma e sede, ou nome, estado civil, profissão, e morada), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento, para \_\_\_\_\_ (designação do concurso), a que se refere o convite datado de \_\_\_\_\_ (data), obriga-se a executar a(o) \_\_\_\_\_ (empreitada/fornecimento ou prestação de serviços), de acordo com as condições estabelecidas no Convite, Caderno de Encargos e demais documentação, pelo Preço Global de \_\_\_\_\_ (em algarismos e por extenso), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, constituindo este elemento o atributo da sua proposta para os efeitos do disposto na al. b) do n.º 1 do art. 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao qual se achar prescrito na Legislação Portuguesa em vigor.

Data .....

Assinatura .....